



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PARECER JURÍDICO Nº 481/2024 – AJSEADM

PROCESSO: PA-PRO- 2024/03520

ASSESSORADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CAPACITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MINISTRAR CURSO.

I. CASO EM EXAME

1. Contratação direta de instituição especializada de renome, Supercia Capacitação e Marketing Ltda, com destacado conhecimento técnico e pedagógico na matéria, para oferta de formação continuada "Licitações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável –Implantação e monitoramento de resultados", conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste na avaliação da possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

III. RAZÕES DA ANÁLISE JURÍDICA

3. Tempestividade da emissão do Parecer Jurídico;
4. Objeto lícito;
5. Presença da motivação e justificativa;
6. Enquadramento da demanda nos artigos 72 e 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 2021;
7. Observância dos requisitos da Instrução Normativa TJPA nº. 001/2023 - GP.

IV. CONCLUSÃO

8. Conformidade legal da instrução processual e enquadramento da demanda no dispositivo legal apontado.

I. RELATÓRIO

Senhor Secretário,





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1. Trata-se de procedimento instaurado nos termos do artigo 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com vistas à contratação direta de instituição especializada de renome, Supercia Capacitação e Marketing Ltda, com destacado conhecimento técnico e pedagógico na matéria, para oferta de formação continuada "Licitações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável – Implantação e monitoramento de resultados", conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
2. O curso está proposto para ocorrer na modalidade presencial com carga horária total de 16 horas/aula, destinado aos servidores e servidoras que atua, mas diversas unidades administrativas do Poder Judiciário do estado do Pará, nos 23, 24 e 25 de setembro de 2024, consoante Termo de Referência anexado aos autos.
3. O valor da contratação é de R\$ 62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais).
4. Ao que interessa à instrução processual, são os documentos acostados:
 - Motivação (fls. 04);
 - Contratação inscrita no PAC – EJ17A24 (fls.02);
 - Documento de Oficialização da Demanda (fls.03/07);
 - Designação e notificação da equipe de planejamento e apoio, e fiscalização (fls.09/11);
 - Estudos Técnicos Preliminares e mapa de riscos de planejamento e seleção do fornecedor (fls.12/24);
 - Mapa de Risco (fls.25);
 - Termo de Referência (fls.26/36);
 - Programa do curso (fls.37/48);
 - Cartão do CNPJ, constando o endereço da sede (fls.49);
 - Alteração contratual (fls.50/58);
 - Alvará de funcionamento (fls.59/60);
 - Atestados de capacidade técnica (fls.61/64);
 - Certidão de Regularidade Fiscal junto ao Município (fls.65);
 - Certidão de Regularidade Fiscal Estadual (fls.66);
 - Certidão de Regularidade Fiscal junto ao Estado contratante (fls.67/68);
 - Certidão de Regularidade Fiscal junto à União (fls.69);
 - Certidão negativa de débito mobiliário – Estado do Mato Grosso do Sul (fls.70);





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

- Certidão Estadual – Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial (fls.71);
 - Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Pessoa Jurídica (fls.72);
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (fls.73);
 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF (fls.74);
 - Certidão Negativa Correccional (fls.75);
 - Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos (fls.76);
 - SICAF – Pessoa Jurídica (fls.77);
 - Carteira de identidade da Sócia majoritária, constando o número de inscrição no CPF (fls.80);
 - Curriculum Lattes de Ketlin Sacartezini (fls.81/97);
 - Curriculum Lattes de Adriana Ribeiro (fls.88/95);
 - Justificativa de preço (fls.96/98);
 - Esclarecimentos da equipe de planejamento (fls.99/100);
 - Pedido de Despesa nº. 2-24/2557 – aguardando validação (fls.101);
 - Aprovação do Termo de Referência (fls.104);
 - Validação da despesa (fls.105);
 - Certidão Negativa de Improbidade e Inelegibilidade – Sócio Majoritário (fls.108);
 - Certidão Negativa de Débitos Gerais – Município de Campo Grande (fls.109);
 - Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos (fls.110);
 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF (fls.111);
 - Declaração em cumprimento ao previsto no TR (fls.113);
 - Comprovante de endereço (fls.114/115); e
 - Aprovação dos artefatos e do TR (fls.116).
5. Após, para cumprimento do artigo 53, §4º, da Lei nº. 14.133, de 2021, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer.
6. É o relatório.

II. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

II.1. DA TEMPESTIVIDADE DA EMISSÃO DO PARECER





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

7. Preliminarmente, transcreve-se o estabelecido no inciso VI do artigo 2º da Portaria nº. 013/2023 – SA, que trata das atribuições da Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração:

Art. 2º À Assessoria Jurídica, subordinada administrativamente à Secretaria de Administração - SEADM, compete:

(...)

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito da Secretaria de Administração:

- a) processos de contratações diretas, contratações por licitação, acordos, credenciamentos, termos de cooperação, convênios, ajustes, outros instrumentos congêneres, termos aditivos e adesões, pelo TJPA, a atas de registro de preços de outros órgãos;
- b) reabilitação de apenados com impedimento de licitar; e
- c) recurso e pedido de reconsideração decorrentes de decisão da autoridade competente da Secretaria de Administração.

8. Nesse sentido, considerando que a presente demanda está enquadrada no dispositivo acima, e observando-se o §1º do art. 6º da Portaria em questão, conclui-se que a apreciação jurídica sobre a matéria é obrigatória e deverá ser exarada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, conforme previsão:

Art. 6º As manifestações jurídicas podem ser obrigatórias ou facultativas, conforme sejam ou não exigidas por lei, e obedecerão aos seguintes prazos:

- I - quinze dias úteis, quando se tratar de manifestação obrigatória; ou
- II - cinco dias úteis, para manifestações facultativas.

§1º As manifestações obrigatórias estão previstas no art. 2º, inciso VI, desta Portaria.

9. Desta forma, atesta-se o cumprimento da determinação, vez que os autos foram encaminhados a esta Assessoria em 16/09/2024 (terça-feira), com emissão de parecer em mesma data.

II.2. DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

10. A esta Assessoria Jurídica cumpre prestar assessoramento sob o prisma estritamente jurídico, não fazendo parte da análise questões relativas à aspectos técnicos e mérito administrativo. Nesse ponto, pressupõe-se a avaliação adequada pela unidade competente.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

11. Esclareça-se, por oportuno, que as recomendações registradas neste opinativo são feitas em prol da segurança da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.
12. Notadamente, a presente manifestação baseia-se, exclusivamente, nos elementos que constam, até a data atual, nos autos do processo administrativo em referência.

III. ANÁLISE JURÍDICA

III.1. DA LICITUDE DO OBJETO

13. A formulação administrativa da pretensão contratual envolve aspecto gerencial, técnico. Na descrição do objeto, o gestor precisará definir apenas o essencial para as necessidades administrativas. Devem ser evitados detalhes irrelevantes ou impertinentes.
14. O artigo 18, II, e 150 da Lei n. 14.133, de 2021, dispõem, igualmente, sobre a importância da adequada caracterização do objeto.
15. A recomendação mais importante é descrever detalhadamente o objeto a ser contratado, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação.
16. Além disso, deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei n. 4.150, de 1962.
17. No caso, o objeto foi definido no item 1.1 do Termo de Referência, nos seguintes termos:

Contratação direta de instituição especializada de renome, Super-
cia Capacitação e Marketing Ltda, com destacado conhecimento técnico e pedagógico na matéria, para oferta de formação continuada “Licitações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável – Implantação e monitoramento de resultados”, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

18. Ao mais, o objeto foi enquadrado como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
19. Reforça-se que é de competência técnica a correta caracterização do objeto.

III.2. DA MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

20. A motivação e a justificativa para instauração do presente procedimento estão previstas no item 3 do Termo de Referência, conforme segue:

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará "Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa" (EJPA) é uma instituição vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, estabelecida pela Resolução nº 6 de 8 de dezembro de 1982 e alterada pela Lei nº 8.807 em 27 de dezembro de 2018. Dentre outras atribuições, cabe a ela, ofertar capacitação e atualização constante para magistrados(as) e servidores(as), visando aprimorar suas competências profissionais. Para tanto, a EJPA desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento das habilidades necessárias para o exercício eficaz das funções judiciárias no Estado do Pará.

Posto isto, a proposta do curso será de fundamental importância aos servidores e servidoras que desempenham ou não a função de gestores(as) e que atuam nas diversas unidades administrativas do Poder Judiciário do Pará tais como: diretoria geral, planejamento estratégico, Núcleo Socioambiental, manutenção predial, gestão de contratos, terceirizados, obras, transporte, orçamento, comunicação, controle interno, contratações, almoxarifados, telefonia, tecnologia, áreas de qualidade de vida e capacitação, visto que a Lei nº 14.133/2021 juntamente com o Plano de Logística Sustentável e as demais legislações aplicadas as contratações e compras públicas trouxeram em seu bojo diversas regras voltadas à aplicação dos princípios e objetivos da sustentabilidade.

Desse modo, os gestores(as) e servidores(as) que atuam neste contexto, diariamente, se deparam com as demandas deste Poder Judiciário e comos desafios, dúvidas e dificuldades envolvidas na realização de Licitações Sustentáveis afinadas a um dos instrumentos de gestão nesta área que é o Plano de Logística Sustentável.

Assim sendo, desenvolver competências profissionais destes servidores e servidoras se faz necessário para que eles tenham condições de ofertar um trabalho de excelência no âmbito das funções que lhes competem. Sendo imprescindível fomentar o aperfeiçoamento ou instrumentalização de mecanismos de governança e gestão, relacionados aos princípios e objetivos da sustentabilidade previstos na Legislação sobre compras e contratações (Lei 14.133/2021, Resoluções CNJ nº 400/2020, Nº 347/2020, Nº 497/2023, Acórdãos dos órgãos de controle, e outras normas relacionadas).

O curso Licitações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável – Implantação e Monitoramento de Resultados é fundamental para que o Poder Judiciário do Estado do Pará possa despertar entendimento ou dirimir dúvidas quanto a legislação pertinente e as externalidades dos impactos ambientais, sociais e econômicos das





Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará

compras e contratações, da alocação adequada e transparente dos recursos.

A ação educacional proposta é de extrema relevância no contexto atual de alterações climáticas, de urgência na adoção de estratégias que possam minimizar e resolver a problemática dos impactos ambientais e adoção de novos valores e atitudes com o estabelecimento de uma cultura em todos os âmbitos e setores focada na sustentabilidade.

Diante disso, e levando -se em consideração a especificidade do conhecimento a ser trabalhado, a solução educacional, aqui proposta, requer instituição especializada de renome com docente/facilitador(a) que demonstre habilidade técnica e notável saber acerca do conteúdo teórico-prático a ser trabalhado, tendo em vista o atendimento das necessidades formativas dos servidores(as), público-alvo do curso.

Assim sendo, no tocante a análise curricular da Instituição contratada que atuará na formação, visualiza-se claramente que esta possui expertise e amplo conhecimento acerca da temática do curso aqui proposta, apresentando docentes com elevado conhecimento técnico e pedagógico da matéria. Logo, as docentes "Ketlin Feitosa" e "Adriana Tostes reúnem qualificação técnica, teórica e prática com destacado domínio do conteúdo, ao tempo em que se registra que no quadro interno do TJPA não se dispõe de servidor(a) que possa atuar na docência da referida formação

21. Nesse aspecto, reforça-se, novamente, que não cabe ao órgão jurídico adentrar no mérito das opções do Administrador no que diz respeito à oportunidade e conveniência, exceto em caso de afronta a preceitos legais.

III.3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA: INEXIGIBILIDADE FUNDADA NO ART. 74, INCISO III, ALÍNEA "F", DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

22. A regra para contratações públicas é a obrigatoriedade de procedimento licitatório. Há, porém, exceções, mediante contratações diretas, por meio de dispensas e inexigibilidades de licitação, desde que previstas na legislação. O inciso XXI, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, assim disciplina:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifou-se)

23. A inexigibilidade de licitação, como modalidade de contratação direta, exige procedimento prévio e determinado, destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais. É imprescindível a observância de etapas e formalidades legais. Nesse sentido, cita-se Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (2023, p. 983):

3.2) A observância de um procedimento diferenciado
 Os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação envolvem, na verdade, um **procedimento especial e simplificado para identificar o contrato mais vantajoso para a Administração Pública**.
 Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado.
 "Ausência de licitação" não significa desnecessidade de **observar formalidades prévias** (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade de recursos etc.). **Devem ser observados os princípios** fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação.
 (destacou-se)

24. Diferentemente da dispensa de licitação em que, em tese, existe a possibilidade fática da realização de licitação, na "inexigibilidade de licitação", há inviabilidade de competição. Caracteriza-se quando só um "futuro contratado" ou só um "fornecedor exclusivo para um determinado objeto" é capaz de satisfazer o interesse administrativo.

25. Ao regulamentar o preceito constitucional retro transcrito, a Lei nº 14.133, de 2021, previu nos Capítulos VIII e IX, restritas hipóteses nas quais o procedimento licitatório não é obrigatório.

26. Dentre tais hipóteses, para a situação versada nos autos, é salutar destacar a estatuída no art. 74, inciso III, alínea "f", constante do Capítulo VIII, que assim prescreve:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

27. Para a inexigibilidade ser legítima, é preciso haver, cumulativamente, a notória especialização e se tratar de um serviço técnico especializado. Tais requisitos não devem ser atestados isoladamente, pois é imprescindível demonstrar a inviabilidade da competição.

28. À vista disso, para fins de confirmar o enquadramento do caso concreto à suscitada hipótese de inexigibilidade, mostra-se por primordial explicitar em tópicos específicos desta manifestação os conceitos incertos no art. 74, sendo eles: "serviços técnicos especializados" e "notória especialização".

A) SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO

29. O Art. 6º, inciso XVIII, da Lei 14.133, de 2021, define "serviços técnicos especializados", de natureza predominantemente intelectual, aqueles realizados em trabalho relativos a:

Art. 6º (...)

XVIII – (...):

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;
- d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;

30. No caso dos autos, consta expressamente no item 1.2 do Termo de Referência que o serviço que se pretende contratar é de natureza técnica especializada, predominantemente intelectual, o que se enquadra na alínea "f" supracitada, ou seja, é um serviço realizado em trabalho relativo a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

31. Assim, a contratação pretendida, ao menos em tese, amolda-se à hipótese prevista para inexigibilidade de licitação.

B) NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

32. Sobre notória especialização, estabelece o parágrafo terceiro do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 74 (...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

33. Conforme Hely Lopes Meirelles (Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 1996), notória especialização é "o reconhecimento público da alta capacidade profissional. Notoriedade profissional é algo mais que habilitação profissional. Esta é a autorização legal para o exercício da profissão; aquela é a proclamação da clientela e dos colegas sobre o indiscutível valor do profissional na sua especialidade".

34. Acrescenta o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves (ob. cit.):

Notório especialista é o profissional (ou empresa) que nutre entre seus pares, ou seja, "... no campo de sua especialidade..." a partir do histórico de suas realizações, elevado grau de respeitabilidade e admiração, de forma que se "... permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."





Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará

O dispositivo em tela indica o norte de quais peculiaridades ou requisitos são considerados idôneos para se inferir se um profissional é ou não notório especialista, a saber: "...desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica...". Mais ainda. A expressão "...ou de outros..." dá bem o tom de rol exemplificativo desses requisitos. O legislador admite, portanto, que outros conceitos e requisitos, não ditados no texto expresso da lei, podem servir de base à conclusão de que o profissional escolhido é o mais adequado à satisfação do contrato. Nota-se também, que a enumeração dos requisitos é alternativo. Significa que não é obrigatório que estejam todos contemplados na justificativa da escolha, bastando apenas o apontamento de um deles para balizá-la. Se se deseja contratar uma palestra sobre Ética na Abordagem Policial, destinado à tropa policial, um policial civil com vasta experiência operacional e reputação ilibada pode ser considerado notório especialista ainda que não tenha nível superior ou trabalhos publicados. É o seu histórico na profissão que permite, no caso concreto, que faça um prognóstico positivo sobre o alcance dos resultados a serem obtidos na palestra.

35. De acordo com o Supremo Tribunal Federal – STF:

"Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). **O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança.** Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03-08-2007 PP00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322).
(destacou-se)





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

36. Para a contratação, a notória especialização é aferida subjetivamente, primando pelo critério de confiança e credibilidade da instituição e de seu corpo docente. Deve-se verificar o desempenho anterior, estudos, experiências, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos, relacionados com suas atividades. Avalia-se se o trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado.
37. No caso dos autos, a notória especialização foi demonstrada por meio de:
- a. Currículo lattes das docentes que ministrarão o curso;
 - b. Atestados técnicos emitidos por diversos órgãos da Administração Pública;
 - e
 - c. Notas fiscais emitidas pelo Município de Campo Grande, demonstrando a execução do curso para outra pessoa jurídica de direito público.
38. Portanto, é de se concluir que diante da reconhecida e demonstrada especialização, o requisito encontra-se preenchido.

III.4. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

III.4.1 DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

39. Sob o ponto de vista formal, o procedimento de contratação direta deverá atender aos requisitos do art. 72, da Lei nº 14.133, de 2021, que elenca as providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

VIII - autorização da autoridade competente.

40. Dito isso, passamos para a análise dos documentos juntados aos autos, quanto ao preenchimento das exigências legais.

A) DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (ART. 72, I, DA LEI 14.133, DE 2021)

41. A elaboração do Documento de Oficialização da Demanda deve observar o disposto no artigo 7º da Instrução Normativa TJPA nº. 001/2023 - GP:

Art. 7º O documento de oficialização da demanda será elaborado pela unidade requisitante e deverá conter:

- I - identificação da unidade demandante e requisitante;
 - II - descrição da demanda a ser atendida, sem indicar a solução;
 - III - justificativa da necessidade;
 - IV - estimativa da quantidade demandada, com a demonstração da memória de cálculo, quando for o caso;
 - V - estimativa do valor da demanda;
 - VI - alinhamento com o planejamento estratégico;
 - VII - atesto de previsão no plano anual de contratações e de cumprimento dos prazos da fase de planejamento da contratação;
 - VIII - indicação de integrante requisitante para compor a equipe de planejamento e apoio e de gestão e fiscalização;
 - IX - indicação do gestor da contratação para coordenar a equipe de gestão e fiscalização da contratação;
 - X - indicação de integrante técnico e fiscal técnico para compor a equipe de planejamento e apoio, a de gestão e a de fiscalização, quando a unidade requisitante também for técnica; e
 - XI - justificativa da dispensa da elaboração do estudo técnico preliminar, conforme o §2º, §3º e §4º do Art. 6º.
- §1º As servidoras e servidores que atuarem na equipe de planejamento e apoio devem ser, preferencialmente, outros, diferentes dos nomeados para a equipe de gestão e fiscalização.

42. Desta forma, observando-se o DOD anexado aos autos, avalia-se o cumprimento de todos os incisos obrigatórios e as justificativas para a composição das equipes de planejamento e fiscalização, nos termos do disposto no artigo 7º, §1º da IN TJPA 001/2023 – GP, foram expostas às fls99/100 – TJPDES-2024/198586.

B) SE FOR O CASO, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E ANÁLISE DE RISCOS (ART. 72, I, DA LEI 14.133, DE 2021)





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

43. Foram juntados aos autos, os Estudos Técnicos Preliminares – ETP e, consequentemente, a análise de riscos.
44. Quanto ao ETP, transcreve-se os requisitos obrigatórios previstos na Instrução Normativa TJPA nº 001/2023 – GP:

Art. 10. O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da etapa do planejamento da contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e fundamenta a base ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

§1º O estudo técnico preliminar, conforme o modelo constante no repositório sistêmico de documentos normatizados do TJPA, deverá conter, no mínimo:

I - justificativa da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - comprovação de previsão no plano anual de contratações e atesto de cumprimento dos prazos da fase de planejamento da contratação;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem as interdependências com outras contratações de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na descrição das consultas e estudos realizados e na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, baseada no mapa de riscos;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, observando-se, no que couber:

a) a depender da complexidade do objeto a ser contratado, a equipe de planejamento e apoio da contratação poderá utilizar o valor estimado nesta fase de estudo técnico como valor referencial para o certame licitatório;

b) na hipótese da alínea “a”, o valor estimado deverá ser definido ou validado, mediante atesto, pelo setor especializado pela pesquisa oficial de mercado;





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

c) na hipótese da alínea "a", quando se tratar de contratações cujo objeto possua valores tabelados por índices oficiais, a exemplo do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos - SINAPI e da planilha de custo da Secretaria de Obras Públicas - SEDOP, fica dispensada a diligência da alínea "b".

VII - descrição da solução escolhida, inclusive da justificativa da natureza do objeto, as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, devendo ser considerada a necessidade de diversas contratações, bem como o parcelamento ou não do objeto;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - informação sobre contratações semelhantes em exercícios anteriores para identificar falhas da execução decorrentes de previsão do termo de referência, do estudo técnico preliminar e pesquisa de preços;

XIII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para o desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

XIV - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

45. Em avaliação ao ETP anexado, verifica-se que cumpriu todas as etapas previstas. Quanto à análise de riscos respectiva, tem-se que a equipe de planejamento anexou o mapa de riscos da fase de planejamento, cumprindo os termos do artigo 13 do mesmo normativo.

46. Ainda, avalia-se que o artefato foi aprovado às fls. 116 pela autoridade competente da unidade demandante.

C) TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO OU PROJETO EXECUTIVO (ART. 72, I, DA LEI 14.133, DE 2021)

47. O Termo de Referência foi regulamentado por meio da Instrução Normativa TJPA nº. 001/2023 – GP, conforme abaixo:





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Art. 30. O termo de referência ou projeto básico é o documento da fase de planejamento que deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos, além de orientar a execução e fiscalização contratual.

§1º O termo de referência ou projeto básico será elaborado conforme modelo constante no repositório sistêmico de documentos normatizados do TJPA e deverá conter:

- I - definição e natureza do objeto;
- II - indicação das quantidades;
- III - fundamentação da contratação que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- IV - descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- V - requisitos da contratação;
- VI - matriz de riscos, quando a demanda gerar ata de registro de preços e/ou contrato;
- VII - especificação do produto e/ou serviço, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
- VIII - indicação dos locais de entrega dos produtos e/ou da execução dos serviços, e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
- IX - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- X - critérios de sustentabilidade, quando aplicável;
- XI - modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- XII - prazo de execução e vigência do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- XIII - modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada;
- XIV - critérios de medição e de pagamento;
- XV - forma e critérios de seleção do fornecedor / prestador de serviço;
- XVI - reajuste contratual - independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos;





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

XVII - estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar em documento separado e classificado;

XVIII - adequação orçamentária;

XIX - sanções aplicáveis, cujas graduações deverão ser apresentadas pela equipe de planejamento, a exemplo dos percentuais de multas, e delimitações de impedimento de licitar e contratar, nos termos dos normativos licitatórios.

48. Em observância ao documento acostado aos autos, conclui-se que cumpriu todos os requisitos formais normativos.

49. Desta feita, limitada à análise formal, tem-se pela conformidade do Termo de Referência, o qual está devidamente assinado pelos membros da Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação, respeitadas as etapas de elaboração.

50. Ainda, observa-se às fls. 104 e 116 a aprovação do artefato.

51. Esclarece-se que ultrapassa as atribuições desta Assessoria Jurídica a análise técnica de tais documentos, elaborados por quem detém expertise para tanto. O teor do documento é de exclusiva responsabilidade de seus subscritores, os quais devem verificar se as exigências legais foram integralmente observadas.

C.1) CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

52. Dentre os requisitos do Termo de Referência, destaca-se os critérios de sustentabilidade, considerando a Recomendação nº. 11/2007 do Conselho Nacional de Justiça. Desta feita, deve haver manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no planejamento da contratação (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara), o que se recomenda, de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

53. A esse respeito, o TR prevê no item 5.1 que não há impactos ambientais.

54. Cumprido, desta forma, o requisito.

C.2) DA COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE

55. A pessoa jurídica a ser contratada pelo Tribunal deve comprovar a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, exigidas para a habilitação em processos licitatórios. Esta regra se encontra expressamente prevista nos artigos 65 e 68 da Lei nº 14.133, de 2021.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

56. Caso não seja apresentada a documentação necessária para a habilitação no certame, ou seja, caso a pessoa jurídica não viabilize a comprovação de quitação com suas obrigações fiscais, federais e trabalhistas, deverá esta ser alijada do procedimento e, por conseguinte, considerada inabilitada para a contratação direta.

57. Essa exigência reflete-se no item 14.3 do Termo de Referência, conforme segue:

Apresentação da certidão denominada "situação do fornecedor" emitida via SICAF

1.1.Caso algum dos documentos relativos à regularidade não estejam atualizados no referido cadastro, a empresa deverá apresentar as certidões emitidas pelos órgãos oficiais, quais sejam:

1.1.1.Cartão de CNPJ

1.1.2.Certificado de Regularidade do FGTS;

1.1.3.Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

1.1.4.Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual do Pará;

1.1.5.Certidão Negativa Municipal (Município do Fornecedor);

2.Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS);

4.Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

5.Declaração de não contratação de menores de 18 anos para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

6.Declaração de cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº. 8.213, de 1991, se couber;

7.Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade –Sócio majoritário.;

8.Documentos de constituição da Pessoa Jurídica (contrato social com todas as alterações ou última alteração com a consolidação do contrato social ou outro documento de constituição da pessoa jurídica);

9.Comprovação da execução do curso para outros entes/órgãos com o mesmo valor ou equivalente.

46. Nesse sentido, tratando-se de pessoa jurídica, verifica-se que foram carreadas aos autos a documentação hábil para a futura contratação.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

47. **Recomenda-se verificar, previamente à contratação, se as certidões apresentadas permanecem válidas.**

D) ESTIMATIVA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO (ART. 72, II E VII, DA LEI 14.133, DE 2021)

58. O artigo 72, II da Lei 14.133, de 2021, determina que a estimativa de preços deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei, *in casu*, o §4º respectivo:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo

59. Não basta afirmar que se trata de fornecedor único, e por isso submeter-se ao preço por ele estipulado. Ou seja, comprovada a inviabilidade de realização de procedimento licitatório, e demonstrada a necessidade de contratação direta por meio de inexigibilidade, a Administração deverá justificar o preço da contratação pretendida, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas.

60. *In casu*, a unidade demandante apresenta documentos que entende como justificáveis face à proposta apresentada pela empresa.

E) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ART. 72, IV, DA LEI 14.133, DE 2021)

61. O art. 150 da Lei nº. 14.133, de 2021, estabelece que:

Art. 150 Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

62. Nesse sentido, conforme orientação da Secretaria de Planejamento deste Tribunal (TJPA-MEM-2023/24706), nos casos de contratação que não excedem os limites da Dispensa por valor, o que é o caso, a comprovação de disponibilidade orçamentária estará por satisfeita com o registro da despesa no Sistema THEMA, com status "AUTORIZADO".

63. Desta forma, juntou-se aos autos o Pedido de Despesa nº. 2024/2557 (fls.101) e a SEPLAN atestou que a solicitação já se encontra validada no sistema GRP/THEMA - TJPA-DESS-2024/200049 (fls.105).

G) AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (ART. 72, INCISO VIII DA LEI 14.133, DE 2021)

64. A considerar o fluxo processual adotado por este Tribunal, cumpre registrar que o atendimento a tal requisito se dará na sequência da presente análise jurídica, quando os autos são remetidos à autoridade competente para fins de autorização.

III.4.2. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES

65. Encontra-se atestado nos autos, especificamente no item 3.2 do Termo de Referência, que a presente contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico e Plano de Contratações deste Tribunal de Justiça, no item EJ17A24.

66. Atendido, portanto, os ditames da Resolução nº 09/2021 do TJPA, que dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do poder Judiciário do Estado do Pará para o sexênio 2021-2026.

III.4.3. TERMO DE CONTRATO

67. Com base na disciplina do caput do art. 95 da nova Lei de Licitações, o instrumento de contrato será obrigatório. Essa é a regra.

68. Ocorre que o próprio artigo apresenta as seguintes exceções, em que o contrato será substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

Art. 95 (...)

I – dispensa de licitação em razão de valor;





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

II – compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

69. Percebe-se que a norma não contemplou dentre as hipóteses de substituição os casos de inexigibilidade. Nesse aspecto, s.m.j., coaduna-se com o entendimento expressado pela Zênite¹, nos seguintes termos:

(...)

independentemente do objeto, do prazo de vigência, da existência ou não de obrigações futuras e da forma empregada para selecionar o contratado (processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação), será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato possuir valor inferior aos limites para a dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II);

independentemente do valor, será possível substituir o instrumento de contrato por instrumentos mais simples sempre que o contrato consistir na compra de bens com entrega imediata e integral e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica.

(destacou-se)

70. Consta no item 10.1 do TR que o contrato encontra-se dispensado e, que a contratação será formalizada por intermédio de empenho, considerando que a demanda não resultará em obrigações futuras (fls.100).

IV. CONCLUSÃO

71. Em face do exposto, ressalvados os aspectos técnicos e econômicos, bem como os relativos à conveniência e oportunidade, que extrapolam a competência deste órgão de assessoramento jurídico, **conclui-se:**

- a. Pela conformidade legal e cumprimento integral do artigo 72 da Lei 14.133, de 2021, E Instrução Normativa TJPB nº. 001/2023 - GP; e
- b. Pelo devido enquadramento da demanda aos requisitos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a contratação, por inexigibilidade, de instituição especializada de renome, Supercia Capacita-

¹ Sampaio, Alexandre. A substituição do instrumento de contrato na Lei nº 14.133/2021. Publicado em 27/10/2021. Disponível em: <https://zenite.blog.br/a-substituicao-do-instrumento-de-contrato-na-lei-no-14-133-2021/>





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

ção e Marketing Ltda, com destacado conhecimento técnico e pedagógico na matéria, para oferta de formação continuada "Licitações Sustentáveis e Plano de Logística Sustentável –Implantação e monitoramento de resultados", conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

É o parecer.

À consideração superior.

Belém, 17 de setembro de 2024.

Márcia Cristina de Vasconcellos Araújo
Assessora Jurídica da SEAD/PA

